A JUSTIÇA ABERTA SEGUNDO HENRI BERGSON: O RECONHECIMENTO DA ABSOLUTA DIGNIDADE DA PESSOA*

Wellington Santos**

1 A JUSTIÇA ABSOLUTA E A JUSTIÇA RELATIVA

Trataremos nesta comunicação, inspirados na filosofia bergsoniana, do conceito de justiça; conceito que é a mais instrutiva noção de moral, cujo progresso se deu pela marcha adiante da liberdade e da igualdade (BERGSON, 2019, p. 68); noção que se aplica aos dois campos, o aberto e o fechado, da moralidade. A expressão “marcha adiante” refere-se ao processo de sucessivas criações, fruto da liberdade, que resulta do progresso dos criadores da moral e da mística. Henri Bergson define a justiça tomando os conceitos de abertura e fechamento, movimento importante em sua filosofia. Na obra *As duas fontes da moral e da religião* ele faz apontamentos sobre como essa noção foi aplicada por alguns filósofos, especialmente os clássicos, para evidenciar que filosofias éticas ao tratar a justiça chegaram a tocar o ponto central do que ele define como Justiça Absoluta ou Justiça Aberta, que é o reconhecimento da igualdade dos seres humanos, mas não deram o passo decisivo, ficando no âmbito da Justiça Relativa ou Justiça Fechada. Esta última é marcada pela regulação das trocas, segundo medidas e proporções.

Nada é mais instrutivo do que ver como os filósofos o raiaram, o tocaram e, todavia, falharam. Deixemos de lado Platão, que decerto inclui entre as ideias suprassensíveis a do homem: o resultado não seria que todos os homens eram da mesma essência? Daí à ideia de que todos tinham um igual valor enquanto homens, e de que a comunidade de essência lhes conferia os mesmos direitos fundamentais, havia apenas um passo. Mas o passo não foi dado. Teria sido necessário condenar a escravatura, renunciar à ideia grega segundo a qual os estrangeiros, sendo bárbaros, não podiam reivindicar direito algum. (BERGSON, 2019, p. 77).

Bergson (2019, p. 79) exemplifica, sobre o passo que faltava e não foi dado, indicando que na China foram formuladas doutrinas morais muito elevadas, mas que não se

* Texto recebido em 30/05/2023 e aprovado para publicação em 20/06/2023.

** Mestrando em Filosofia pela FAJE. Pós-graduado em Filosofia Contemporânea pela PUC Minas e graduado em Filosofia e Teologia pela PUC Minas. E-mail: wellin.san@gmail.com.

preocupavam em legislar para toda a humanidade. E não há como negar, apesar de não serem ditas, que essas doutrinas somente se interessavam pela comunidade chinesa. Eram doutrinas morais que podiam ser aplicadas em função da valorização do ser humano, mas que não tinham essa intenção. Outro exemplo trazido pelo autor é o do estoicismo, cujos filósofos defenderam que todos os homens são irmãos, e a pessoa sábia é cidadã do mundo. Porém, não conseguiram romper a barreira de separação que existia entre o homem livre e o escravo, entre o grego e o bárbaro.

No longo parágrafo em que Bergson fala sobre a justiça, ele faz um histórico sobre o momento em que as sociedades primitivas superam a ação segundo a natureza, o instinto, e passam a regular uma proporção para os danos sofridos entre as pessoas. “A justiça sempre evocou a ideia de igualdade, de proporção, de compensação.” (BERGSON, 2019, p. 68). A imagem que normalmente se atribui à justiça é a balança, no sentido de pesar. Quando Bergson (2019, p. 69) releu a história do termo justiça, ele identificou que as referências à aritmética e à geometria são características dessa noção. Isso porque regra e regramento, retidão e regularidade são palavras que se ligam à linha reta. Vejamos os significados que Bergson dá ao termo justiça.

A primeira noção de justiça aparece no quadro de trocas. Ainda que a sociedade seja rudimentar, a troca direta é tomada como uma de suas práticas (BERGSON, 2019, p. 68). Nesse significado de justiça emerge a pergunta, se os dois objetos trocados têm o mesmo valor. Tendo o mesmo valor, surge a igualdade, que é tomada como regra que se liga ao “todo da obrigação”, característica da moral fechada. Aqui já surge a ideia de justiça em sua forma precisa, como um caráter imperioso, associado com as suas ideias de igualdade e reciprocidade. Gradualmente, esse quadro de trocas se estenderá às relações entre as pessoas, permanecendo por muito tempo ligado à consideração das coisas e da troca.

Nas sociedades primitivas eram raros os casos em que as injúrias entre pessoas eram tomadas em conta pelo grupo social. Exceção seria quando o ato consumado pudesse atrair a cólera dos deuses. À pessoa ou à família lesada cabia somente seguir seu instinto e reagir segundo a natureza e se vingar. Era um círculo que poderia elevar a violência a graus cada vez maiores, como exemplo uma querela entre duas famílias, que não teria fim, a não ser que uma delas aceitasse ser recompensada pelo dano sofrido inicialmente (BERGSON, 2019, p. 69). Aqui, podemos afirmar com clareza a ideia de compensação já implicada nas de troca e de reciprocidade. Nesse cenário, a sociedade assume o papel de reprimir a violência, criando leis

e punições à proporção do delito. Um exemplo dessa intervenção da sociedade é a Lei de Talião, na constituição das leis judaicas. No entanto, Bergson (2019, p. 70) se perguntou se um olho valerá sempre um olho e um dente sempre um dente, apontando que é preciso considerar tanto a qualidade como a quantidade do ato. Pois, a Lei de Talião só será aplicada plenamente entre indivíduos que pertençam a uma mesma classe, “o mesmo dano sofrido, a mesma ofensa recebida, exigirá uma compensação mais forte ou reclamará uma pena mais grave no caso de a vítima pertencer a uma classe mais alta” (BERGSON, 2019, p. 70). Nesse caso, a igualdade vai incidir numa relação e passará a ser uma proporção. Temos aqui uma mesma noção que se encontra em ação, mas aplicada de forma diferente, passando de proporção das trocas para a proporção das penas. Ao que podemos dizer que nas sociedades mais avançadas essa relação não mudará, quando no âmbito da moral fechada, esta que é sempre definitiva:

Também não mudará de fórmula, num estado de civilização mais avançado, quando se estender às relações entre governantes e governados e, mais geralmente, entre categorias sociais: numa situação de fato introduzirá considerações de igualdade ou de proporção que farão dela qualquer coisa de matematicamente definido e, por isso mesmo, de aparentemente definitivo. (BERGSON, 2019, p. 70).

A proporção das penas, eis a segunda noção de justiça, emerge da divisão de classes da sociedade. Nas antigas sociedades quanto nas atuais, a divisão implica que uma classe seja subordinada a outra. Bergson (2019, p. 71) faz uma crítica sobre essa relação, apontando que a subordinação habitual acaba por se tornar natural por seus cidadãos, “se a classe inferior aceitou a sua situação durante tempo bastante, poderá continuar a consentir naquela depois ainda de se ter tornado virtualmente a mais forte, porque atribuirá aos dirigentes uma superioridade de valor” (BERGSON, 2019, p. 70). Essa é uma leitura sociopolítica muito contundente, quando lida nas sociedades antigas e atuais. Um pequeno grupo de dirigentes domina uma grande massa, povos numerosos. Ainda que tenha número e força para enfrentar governantes tiranos, o povo, colocado como classe inferior, reconhece em seus governantes um poder que interdita essa possível “revolução” em busca da liberdade. Bergson aponta que essa superioridade pode ser real, se os dirigentes usam das faculdades para se aprimorarem intelectual e moralmente, ou ser apenas aparente, cuidadosamente mantida para continuar a exercer poder. Ele ainda completa fazendo uma ironia: “Seja como for, real ou aparente, bastar-lhe-á durar para parecer congênita: a superioridade inata deve decerto existir, dir-se-á,

uma vez que existe o privilégio hereditário.” (BERGSON, 2019, p. 71). Ele vai dizer que Platão compartilhava dessa ideia, quando previu a república ideal dividida em três classes: os que governam, os auxiliares (guerreiros) e os que produzem (PLATÃO, 2007, 428a-e).

A Lei de Talião e a descrição da sociedade perfeita por Platão em *A república*, como já citados, e acrescentamos a reflexão de Aristóteles (2013) sobre a *Eudaimonia*, a própria configuração grega de sociedade, todas estas chegaram a tocar o que Bergson chama de Justiça Absoluta, mas não deram o salto necessário para o reconhecimento da absoluta igualdade dos seres humanos. Nessas sociedades antigas, porque não dizer também na nossa, as diferenças de extrato social influenciavam diretamente nas proporções, gerando injustiças. A justiça era aplicada, desde que as pessoas envolvidas pertencessem a um mesmo grupo social e gozassem de mesmo prestígio. Caso a injúria fosse cometida por uma pessoa de uma classe inferior à da pessoa agredida, a proporção assumia um status de vingança, tal qual o nível da sociedade segundo a natureza. Todavia, os gregos, mesmo apresentando uma compreensão que pensa sobre o homem e seu valor, permitiam a escravidão. Logo, não eram todas as pessoas que tinham sua dignidade reconhecida nessa sociedade. Aqui vale lembrar a exortação de Bergson para que tenhamos atenção nem tanto ao que a sociedade diz, mas sim ao que ela faz.

2 MOVIMENTO DE TRANSIÇÃO PARA A JUSTIÇA ABSOLUTA

Bergson aponta que houve uma transição da justiça relativa, que mede, para a justiça absoluta, que reconhece o valor da pessoa, e que esse movimento se deu por sucessões criativas. Isso significa que a sucessão não é contínua, mas se dá por ruptura e contrastes. Aqui, ele traz o elemento da linguagem para iluminar a questão que diz respeito à interpretação de que a Justiça Aberta já existia, pois as condições já estavam dadas, e alguém deu o passo para reconhecer a absoluta dignidade da pessoa, sem considerar/pesar a condição social, cor, sexo. Essa “virtude mágica da linguagem” (BERGSON, 2019, p. 71) indica o poder de uma palavra sobre uma ideia nova, alargando-a, de forma a modificar um objeto preexistente e influenciar o passado retroativamente. Isto é o que ele chama de efeito retroativo do juízo verdadeiro, como um movimento retrogrado no tempo que seria aplicado à verdade de forma automática. Seria dizer que o ato realizado projeta sua sombra no passado, criando a concepção ilusória de que as disposições que existiam no passado,

consequentemente, produziriam o ato no presente. Essa é a ideia genial dos efeitos retroativos de um juízo considerado verdadeiro. Se é verdade hoje, deve ter sido sempre. Essa ilusão oculta o movimento criativo e o salto dado, por exemplo, em nossa concepção da justiça. Ela também nos leva a uma pretensão dominadora do futuro, a partir de um ideal de previsibilidade que é, simplesmente, impossível para eventos complexos.

Pelo simples fato de se realizar, a realidade projeta atrás de si sua sombra no passado indefinidamente distante; parece assim ter preexistido, na forma de possível, à sua própria realização. De onde um erro que vicia nossa concepção do passado; de onde nossa pretensão de antecipar em qualquer circunstância o porvir. (BERGSON, 2006, p. 17).

Esse efeito retroativo do juízo verdadeiro projeta uma miragem do presente no passado. Uma novidade do presente, um novo conhecimento, seria lido de forma retrospectiva, criando essa falsa impressão de que as condições dessa nova ideia já estavam postas, que só faltaria um passo para esse reconhecimento. Digamos que as condições estavam postas, mas não a ideia na forma de uma possibilidade. Assim Bergson (2006, p. 19) diz na obra *O pensamento e o movente*:

Que no passado, tal como foi descrito pelos contemporâneos, nós encontrávamos uns seus sinais batedouros, é algo incontestável; mas as indicações talvez as mais interessantes só teriam sido anotadas por eles se tivessem sabido que a humanidade caminhava nessa direção; ora, essa direção de trajeto não estava mais marcada do que outra qualquer, ou antes, não existia ainda, tendo sido criada pelo próprio trajeto, quero dizer, pelo movimento avante dos homens que progressivamente conceberam e realizaram a democracia.

Quando visto dessa forma, podemos dizer que a sociedade vive pequenas aberturas, seguida de momentos de fechamento. Esse movimento acontece de forma processual ou de forma imediata, ou seja, um processo repetido várias vezes ou de uma só vez. Bergson aponta que na transição da justiça relativa para a justiça absoluta, ainda que submetido ao movimento processual ou imediato, o certo é que houve criação.

Sobreveio qualquer coisa que teria podido não ser, que não teria sido sem certas circunstâncias, sem certos homens, sem um certo homem talvez. Mas em vez de pensarmos no novo, que se apoderou do antigo para o englobar num todo imprevisível, preferimos encarar o antigo como uma parte desse todo que teria então virtualmente preexistido: as concepções da justiça que se sucederam em sociedades antigas não teriam sido, pois, mais que visões parciais, incompletas, de uma justiça integral que seria precisamente a nossa. (BERGSON, 2019, p. 72).

A transição se deu a passos lentos, por sucessivas criações, inspirados no amor, para inaugurar uma nova moral, uma nova justiça. Bergson diz que o cristianismo é o que permitiu esse salto do amor à pátria, somente aos seus, para o amor à humanidade. O amor à humanidade é o “salto” fundamental para que os outros “passos” sejam dados na marcha adiante da humanidade. Ainda que esse salto tenha sido repentino e surpreendente na vida de Cristo, ele gera um avanço lento, arrastando-se por dezoito séculos, até que os puritanos nos Estados Unidos e as pessoas da Revolução Francesa proclamassem o valor inviolável da pessoa. Bergson entendeu que a linguagem cristã vai desdobrando aos poucos essa compreensão.

Retomando as desigualdades de classes das sociedades antigas, sendo reais ou apenas aparentes, para entender como se deu o salto para uma justiça absoluta, Bergson aponta que a distância das classes, imposta pela desigualdade, foi ruindo lentamente, num processo que culminou com a derrocada da superioridade nativa das pessoas da classe superior. Isso começou a se dar quando se admitiu que as desigualdades de classe eram desigualdades de valor e de serviços prestados (BERGSON, 2019, p. 73). Consequentemente, os indivíduos da classe superior se viram cada vez mais sujeitos às críticas da classe inferior. As críticas geram insatisfação e os dirigentes não eram mais considerados pelo valor antes atribuído. Valor que era a garantia da dominação. Surgem, então, outros que pretenderam ocupar o lugar de dominação, ser os senhores, e que buscarão apoio na classe inferior. A superioridade não seria mais uma consequência hereditária. É assim que as aristocracias se perdem na democracia. Aos poucos o terreno da sociedade vai sendo preparado para acolher o grande salto. As leis têm papel importante nesse processo, pois se manifestam como o consentimento da sociedade. Disso, se deu o salto necessário para o reconhecimento, ou melhor, o novo conhecimento do valor inviolável da pessoa, a justiça absoluta. Assim diz Bergson (2019, p. 74):

É um salto em frente, que só se executa se a sociedade estiver decidida a tentar uma experiência; é preciso para isso que se tenha deixado convencer ou pelo menos abalar; e o abalo terá sempre sido dado por alguém. Em vão se alegará que o salto em frente não supõe atrás de si qualquer esforço criador, que não há aqui uma invenção comparável à do artista. Seria esquecer que a maior parte das grandes reformas levadas a cabo começaram por parecer irrealizáveis, e com efeito o eram. Não podiam ser realizadas a não ser numa sociedade contando já com um estado de alma que fosse aquele que elas deviam induzir através da sua realização; e havia aqui um círculo do qual não se teria saído se uma ou várias almas privilegiadas, dilatando nelas a alma social, não tivessem quebrado o círculo arrastando a sociedade atrás de si.

Henri Bergson aponta que essa ruptura, que lança a justiça no patamar da abertura, se deu pela crítica crescente das desigualdades e pela emoção criadora. Todavia, a afirmação dessa dignidade está presente nas leis hoje, como na Constituição Federal Brasileira. As sociedades entendem que um ser humano não pode ser escravizado, não pode ser sacrificado para que o universo continue, como nas culturas México-asteca, em que pessoas eram sacrificadas aos deuses para que o universo se perpetuasse. Com isso, a compreensão da injustiça, que outrora era apenas mais uma infração como as outras, passou a ser injustificável. A escravidão, os sacrifícios, que eram apenas uma infração, são inadmissíveis quando considerado o valor inviolável da pessoa. Quando tocamos a justiça absoluta, tomamos consciência de que a vida humana, de todos, tem valor, e não mais nos serviríamos de sacrifícios e trabalhos forçados. Isso nos interpelaria, nos tomaria de horror. Bergson toma uma questão apresentada por Dostoiévski, que assim ilustra o problema:

Consultemo-nos sobre este ponto; ponhamos a célebre questão: “Que faríamos se soubéssemos que para a salvação do povo, para a própria existência da humanidade, há algures um homem inocente, que está condenado a sofrer torturas eternas?” Talvez consentíssemos sob a condição de um filtro mágico que nos fizesse esquecer-lo, de modo a que nunca mais soubéssemos fosse o que fosse do assunto; mas se tivéssemos de o saber, de pensar no caso, de nos dizermos que havia um homem suportando suplícios atrozes para nos tornar possível existirmos, que tal era uma das condições fundamentais da existência em geral – ah não! Antes aceitarmos que nada mais continue a existir, antes deixarmos explodir o planeta! (BERGSON, 2019, p. 76).

Trazemos, aqui, duas ideias que se coordenam com a ideia de justiça: a igualdade e a liberdade. Tanto que Bergson (2019, p. 79) as usa para definir o progresso da justiça: “Definimos de bom grado o progresso da justiça por uma marcha em frente da liberdade e da igualdade.” Ele destacou que a ideia de liberdade se define pelo direito que o indivíduo tem, desde que não lese a liberdade do outro. Daí a pensarmos numa liberdade totalmente nova, que estivesse acima das outras liberdades. Essa liberdade, diz Bergson, poderia produzir um efeito contrário na sociedade que tivesse promovido tal salto ou reforma. Em vista disso, um dilema sobressai: sobre qual seria o nível de liberdade que poderia ser conferida aos homens sem ferir a liberdade de seus semelhantes. “Por isso é muitas vezes impossível dizer *a priori* qual é a dose de liberdade que podemos conceder ao indivíduo sem prejuízo para a liberdade dos seus semelhantes: quando a quantidade muda, a qualidade já não é mais a mesma.” (BERGSON, 2019, p. 80).

Quando consideramos a igualdade, nos deparamos com um problema. Pois não há como falar de igualdade sem sacrificar a liberdade. Daí surge uma pergunta, nos aponta Bergson (2019, p. 80): qual das duas seria melhor? Ele sugere que a pergunta não aceita qualquer resposta. Isso porque se se retirar uma porção da liberdade, ela ainda continua sendo liberdade, podendo se tornar uma liberdade melhor, que oferece às pessoas uma sociedade com melhor condição para se viver, com oportunidade de fazer experiências com maior alegria no agir. Bergson reflete que seja qual ideia a ser escolhida, sempre teremos de retomar a concepção de criadores morais para constituir uma sociedade em que se é bom viver e a de inspirar as pessoas para que não queiram mais regressar ao estado de fechamento. Esse retorno é que dá o ritmo do progresso moral. Assim ele diz:

Se refletirmos assim na “liberdade”, na “igualdade”, no “respeito do direito”, veremos que não há uma simples diferença de grau, mas uma diferença radical de natureza, entre as duas ideias de justiça que distinguimos, uma fechada, a outra aberta. Porque a justiça relativamente estável, fechada, que traduz o equilíbrio automático de uma sociedade que sai das mãos da natureza, exprime-se em usos aos quais se liga “o todo da obrigação”, e este “todo da obrigação” acaba por englobar, à medida que vão sendo admitidas pela opinião, as prescrições da outra justiça, a que está aberta a criações sucessivas. (BERGSON, 2019, p. 81).

CONCLUSÃO

Aqui, voltamos a dizer que o movimento do fechado ao aberto não se apresenta de modo definitivo. Até porque, como já falamos, o definitivo é característica de uma justiça fechada. Pois, mesmo as sociedades contemporâneas reconhecendo o valor inviolável da pessoa humana, ainda vemos situações de indivíduos com trabalhos análogos à escravidão. A desigualdade social que cria um abismo entre ricos e pobres, situação naturalizada na sociedade, ainda aponta que as pessoas são tratadas de forma diferente. As pessoas sentem-se mais confortáveis quando encontram, em uma rua vazia à noite, uma outra pessoa bem vestida, de pele branca, com roupas de marca, do que uma outra pessoa vestida de farrapos. As pessoas são medidas de forma diferente.

Enfim, a Justiça Absoluta não tem proporção nem medida, só se reconhece o valor inviolável da pessoa, uma justiça integral, como a de nossos dias. As visões de justiça das sociedades antigas eram apenas parciais e incompletas. A linguagem do cristianismo permitiu às sociedades dar um salto de abertura no âmbito da justiça. O “amar ao próximo como a ti mesmo” continua sendo um apelo para que se reconheça a dignidade da pessoa. Em suma, a

justiça é um exemplo de moral aberta. Moral que tem sua origem no impulso do amor, que move a pessoa da Justiça Relativa para a Justiça Absoluta, a dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Poética e Tópicos I, II, III e IV**. São Paulo: Hunter Books, 2013.

BERGSON, Henri. **As duas fontes da moral e da religião**. Lisboa: Edições 70, 2019.

BERGSON, Henri. **O pensamento e o movente**: ensaios e conferências. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PLATÃO. **A república**. São Paulo: Escala, 2007.